

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00007020-5

TERMO DE COMPROMISSO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, e a **DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE URUSSANGA**, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Ricardo Leal Kelleter Neto, nos autos do Procedimento Administrativo em epígrafe, com base no artigo 90 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

CONSIDERANDO a atribuição deste Órgão de Execução no âmbito do controle externo da atividade policial, que é exercido tendo em vista o respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais, bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei, além de outros interesses, direitos e valores relacionados ao exercício da atividade policial, na forma do artigo 90, § 1º, incisos I e VI, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019;

RESOLVEM

Celebrar o presente termo de compromisso, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: promover o acompanhamento e fiscalização do recebimento e da aplicação das verbas destinadas à Delegacia de Polícia da Comarca de Urussanga, em conta a ser informada pela própria Delegacia, oriundas dos benefícios despenalizadores aplicados nesta Comarca em favor da instituição.

2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:

2.1 DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER:

Cláusula 2ª: A **COMPROMISSÁRIA** se obriga a apresentar os requerimentos de projetos de aplicação das verbas descritas na Cláusula 1ª diretamente a esta Promotoria de Justiça, preferencialmente em meio eletrônico, sempre com menção expressa ao Procedimento Administrativo n. 09.2019.00007020-5, de modo que o **COMPROMITENTE** responsabilizar-se-á pelo peticionamento do respectivo pedido ao Juízo competente, para deliberação;

Cláusula 3ª: A **COMPROMISSÁRIA** se obriga a apresentar a esta Promotoria de Justiça, até o dia 10 de cada mês, um relatório expositivo do saldo atualizado dos valores existentes na conta bancária a ser informada pela Corporação, assim como da destinação dos montantes aplicados nos projetos aprovados por este Órgão de Execução e pelo Juízo competente, a ser encaminhado ao endereço eletrônico <urussanga03pj@mpsc.mp.br>, com referência ao número do procedimento em epígrafe;

Cláusula 4ª: A **COMPROMISSÁRIA** fica ciente que deve observar todos os requisitos legais para compras e contratações que decorram da aprovação de projetos para destinação das verbas de que trata o presente termo, sabedora de que a análise dos projetos pelo Ministério Público e Poder Judiciário da Comarca de Urussanga tem como único objetivo o acompanhamento da destinação adequada das verbas em projetos relevantes, sem prejuízo da observância das normas atinentes à contratações feitas por órgãos públicos;

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 5ª: Em caso de descumprimento de quaisquer das condições pactuadas no presente Termo de Compromisso, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina deixará de constar como condicionante nas propostas inerentes aos benefícios despenalizadores aplicados na Comarca de Urussanga a destinação das verbas à **COMPROMISSÁRIA**, sem prejuízo, outrossim, da responsabilização na esfera administrativa, cível e criminal, pelo

agente público, particular e/ou pela própria **COMPROMISSÁRIA**, em caso de eventual destinação irregular e/ou ilegal dos referidos valores.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 6ª: O presente acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura pelas partes.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente Termo de Compromisso, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

Urussanga, 10 de setembro de 2019.

[assinado digitalmente]

GUILHERME ANDRÉ PACHECO ZATTAR

Promotor de Justiça

RICARDO LEAL KELLETER NETO

Compromissário

TESTEMUNHAS:

TALINE FERNANDA NEU

Assistente de Promotoria

YASMINE CESCO HAEFFNER

Assistente de Promotoria